

Turismo em Áreas Naturais: Um Estudo de Caso no Município de Canela (RS)

Lisiane Scherer¹
Andrea Silveira Pessôa²
Rosane Maria Lanzer³

Universidade de Caxias do Sul – UCS

Resumo: O trabalho buscou averiguar em três Áreas Naturais (ANs) do município de Canela (RS), a contribuição do Turismo dentro do objetivo de sensibilização ambiental de seus visitantes. Trata-se de uma pesquisa exploratória, com uma abordagem qualitativa, onde utilizou-se fontes secundárias, os *websites* das ANs e a aplicação *in loco* de um roteiro de observação. Levantou-se os atrativos principais, secundários e potenciais de cada AN, bem como avaliou-se a estrutura física com ênfase nas Trilhas e Centros de Interpretação Ambiental. Os resultados revelaram que as Áreas Naturais possuem diversos atrativos que propiciam o contato do Homem com o Meio Ambiente e grande potencial turístico para prática de sensibilização ambiental, porém constatou-se a ausência e ineficácia das práticas para sensibilização ambiental dos visitantes.

Palavras-chave: Turismo; Áreas Naturais; Centros de Interpretação Ambiental; Trilhas; Canela (RS).

Introdução

No Brasil, a preocupação com a proteção da natureza iniciou com Dom João VI, com a reconstrução da Floresta da Tijuca no Rio de Janeiro, em 1862, que aconteceu em função de preocupações com o abastecimento de água potável, mais do que com intenções preservacionistas (Drummond, 1988).

Em nível mundial, em 1865, Frederick Law Olmstead lançou a idéia de uso de áreas naturais para contemplação da natureza, ele afirmava que o contato com o meio natural era benéfico à saúde humana. Com o passar dos anos, o pensamento de Olmstead adquiriu novas conotações, tendo em vista que as áreas naturais preservadas começaram

¹Especialista em Educação à distância pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Bacharel em Turismo pela Universidade Feevale. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade de Caxias do Sul. *E-mail:* scherer.lisiane@gmail.com.

²Bacharel em Turismo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade de Caxias do Sul. *E-mail:* andrea_tur2003@hotmail.com.

³PhD em Biogeografia pela Universidade do Saarland. Mestre em Ecologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Licenciada em Ciências Biológicas pela UFRGS. Docente do Mestrado em Turismo e Pesquisadora do Centro de Ciências Agrárias e Biológicas. *E-mail:* rlanzer@ucs.br.

a se tornar escassas em decorrência da intensificação do processo de urbanização (Eagles; McCool, 2002).

A invenção do primeiro Parque Nacional, o de Yellowstone, nos Estados Unidos, em 1872, já traduzia a idéia de uma associação com o espaço natural e o prazer, bem como da ausência de trabalho, e usufruto do homem, através de lazer. Entretanto, Yellowstone não foi a primeira área protegida. Em 1832, as fontes termais de Hot Springs, no estado do Arkansas, também haviam sido tomadas por domínio público e protegidas com fins medicinais (Serrano, 1993).

As áreas naturais são consideradas como refúgio da vida silvestre, atraindo a curiosidade de muitas pessoas dispostas a conhecer espécies da flora e fauna ameaçadas de extinção. Diante disso, o Turismo tem sido uma atividade cada vez mais praticada nas áreas naturais, por agregar não somente o lazer e o entretenimento, mas também a sensibilização dos visitantes quanto ao uso sustentável e preservação dos recursos ambientais. De acordo com Azevedo, Pinheiro e Soares (2010, p. 337) a atividade turística “quando vista e planejada como um evento, fato, ou conjunto de relações que envolvem infinitas facetas do existir humano, valoriza o atrativo natural e sai da superficialidade comercial para um espaço qualitativo de reflexão, de reencontro entre o homem e o meio ambiente”.

O presente trabalho analisa três áreas naturais localizadas no Município de Canela, no Estado do Rio Grande do Sul, visando averiguar se a atividade turística realizada nestes locais contribui para a sensibilização ambiental dos visitantes.

Método

A pesquisa teve caráter exploratório, sendo analisadas três Áreas Naturais (ANs) no município de Canela/RS, duas de domínio público (aqui denominadas AN1 e AN2) e uma de domínio privado (AN3). A AN1 localiza-se a 6 km da sede do município de Canela, possuindo uma área de 517,732 hectares; a AN2 situa-se a 7 km do centro do município e tem área de 100 hectares; a AN3 encontra-se a 13 km da sede do município e tem área de 200 hectares.

A abordagem utilizada foi qualitativa, sendo realizada, inicialmente, uma pesquisa bibliográfica e documental, seguida da elaboração de um roteiro de observação,

formatado especificamente para esse fim. Esse roteiro foi ajustado a partir de uma visita ao Jardim Botânico de Caxias do Sul (RS) e aplicado nas Áreas Naturais em outubro de 2011. Este roteiro contém a caracterização geral das ANs visitadas e informações como: horários de visita, se estas necessitam de agendamento, valor de ingresso, que estruturas de apoio existem, presença área para estacionamento, existência ou não de controle de visitantes e instrumento legal de criação. O roteiro de observação incluiu, ainda, o levantamento de dados referentes aos atrativos principais, os secundários e os potenciais, bem como a presença ou não de Trilhas e de um Centro de Interpretação Ambiental, e as atividades de sensibilização ambiental neles existentes.

Os atrativos foram classificados em principais, secundários e potenciais, da seguinte forma:

- Principais: os atrativos citados pelos *websites* das ANs envolvidas;
- Secundários: demais atrativos indicados nas ANs;
- Potenciais: aqueles atrativos que ainda não são explorados e foram identificados

no levantamento *in loco*.

Para análise das Trilhas foram utilizados os seguintes critérios: sinalização, presença de lixeiras, áreas de repouso, locais de risco à segurança do visitante, contenção, pavimentação, drenagem e erosão, traçado e integração ao ambiente. A classificação da qualidade foi feita por meio de uma escala de cores definida como:

- Verde – Bom: trilhas que ofereçam segurança durante o percurso; integrem o turista ao meio ambiente e atendam à sensibilização ambiental, proporcionando lazer e recreação e que, ao mesmo tempo, sejam compatíveis às características ambientais;
- Amarelo – Regular: trilhas que atendem parcialmente os aspectos avaliados;
- Vermelho – Ruim: trilhas que apresentam precariedade nos critérios avaliados.

Além do roteiro de observação, outras fontes secundárias utilizadas foram as informações contidas nos *websites* das ANs, do município de Canela, do IBAMA, da Secretaria de Turismo do Estado do Rio Grande do Sul e da Secretaria Estadual de Meio Ambiente. Na AN1, além do *website*, teve-se a oportunidade de conversar com o responsável pela área, que disponibilizou diversas informações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

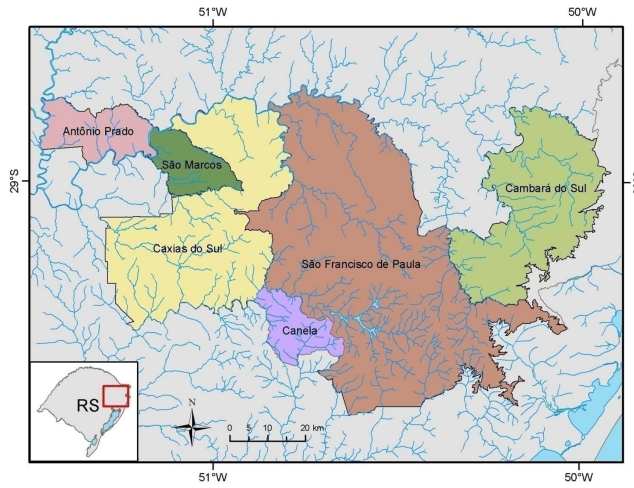
Área de Estudo

O município de Canela situa-se na Serra Gaúcha, a 126 km de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul (Figura 1). Canela faz parte da Microrregião Turística das Hortênsias, juntamente com as cidades de Gramado, Nova Petrópolis, Picada Café e São Francisco de Paula. Segundo o IBGE (2011), a principal atividade econômica do Município deriva do setor de serviços, seguido pela indústria e agropecuária.

Dados obtidos junto ao *website* do Município informam que o fato de Canela estar localizada em uma área de serra, onde se manteve parte de sua cobertura vegetal original, fez com que o Turismo se tornasse um dos grandes destaques da cidade. O Município de Canela está inserido em área de Mata Atlântica, e a vegetação predominante na região é a chamada Floresta Ombrófila Mista, conhecida como Mata de Araucária. O clima também contribui para o desenvolvimento do Turismo, já que o Município conta com invernos rigorosos com temperaturas inferiores a 0°, que incluem a ocorrência de geada e neve. A precipitação média anual é de 1821 mm, regularmente distribuída durante o ano.

A cidade é conhecida pelas suas atrações turísticas, tais como a Cascata do Caracol, a Catedral de Pedra e seus diversos parques. De acordo com a Prefeitura Municipal (2011), Canela recebe ao ano cerca de 2.500.000 visitantes. Conforme MACHADO (2011), a cidade ocupa o segundo lugar como destino ecoturístico mais comercializado no Rio Grande do Sul.

Figura 1: Município de Canela e municípios vizinhos



Fonte: Laboratório Sistema de Informação Geográfica Regional Ambiental - UCS

Área Natural 1 (AN1)

A AN1 composta de áreas naturais e florestas plantadas com araucária e pinus. Funciona de segunda à sexta-feira, das 8h às 17h, recebe visitas mediante agendamento prévio e a entrada é gratuita. O controle de visitantes é realizado através do livro de visitas e do agente de segurança que se localiza na entrada da mesma.

Atualmente, na AN1, a exploração florestal e o Turismo Ecológico são consideradas as atividades que mais se adequam a realidade da área. No entanto, a mesma não está aberta ao Turismo, somente para atividades relacionadas a educação e pesquisa, as quais devem ser previamente agendadas.

No momento a estrutura de apoio da AN1 conta com um Centro de Interpretação Ambiental, área com churrasqueiras e sanitários. Essa área natural não tem acessibilidade para portadores de necessidades especiais, não há área de estacionamento e nem lixeiras. Dispõe de vários atrativos relacionados aos recursos naturais, entretanto como a AN1 não possui um *website* próprio, não foram elencados os principais. Entre os atrativos secundários encontra-se um açude e constata-se a presença de diversos atrativos potenciais, como trilhas dentro da floresta e a observação da fauna, especialmente de aves.

Área Natural 2 (AN2)

Criada em 1971, a AN funciona diariamente, de segunda à sexta-feira das 8h45 às 17h45 e aos sábados e domingos das 8h45 às 18h, com cobrança de ingressos de valores diferenciados para estudantes e idosos. O controle de visitantes na AN2 é feito por meio do ingresso. O local conta com boa infraestrutura de apoio, que oferece locais para compra de alimentos e *souvenirs*, sanitários e áreas para estacionamento. Não há ambulatório nem acessibilidade para portadores de necessidades especiais. Há lixeiras espalhadas pela AN, mas sua distribuição é insuficiente.

A AN oferece diversos atrativos, sendo elencados como principais: a cascata, as trilhas e o observatório. Como atrativo secundário considerou-se uma escadaria cujo objetivo é atingir a base da cascata, mas no momento encontra-se em manutenção. Verificaram-se diversos atrativos potenciais, como um moinho desativado, quedas d'água e uma casa

antiga, que já serviu como Centro de Interpretação Ambiental e atualmente encontra-se desativada.

Área Natural 3 (AN3)

Aberta desde 1995, a AN3 funciona diariamente, das 8h30 às 17h30. O controle de visitantes é feito por meio do ingresso. Oferece infraestrutura de apoio com local para compra de alimentos, sanitários e áreas de estacionamento. Não há ambulatório nem acessibilidade para portadores de necessidades especiais. Há lixeiras no local, porém sua distribuição torna-se insuficiente e inadequada pela extensão da AN3.

Os atrativos principais são as trilhas e mirantes para visualização da curva do Rio Caí, da Cascata do Arroio Caçador e do vale. Como atrativos secundários foram elencados as pinguelas. Também foram identificados alguns atrativos potenciais como a própria vegetação, principalmente a ocorrência de xaxins seculares (Figura 2).

Figura 2: Xaxins seculares da AN3



Fonte: Lisiane Scherer (2011)

Análise das Trilhas e dos Centros de Interpretação Ambiental

Como forma de promover a interação do visitante com o meio natural, muitas áreas naturais criam trilhas e centros de interpretação ambiental. Neste estudo foram analisados estes recursos nas ANs, com o objetivo de verificar a existência e estado de

conservação dos mesmos, como também, se esses proporcionam a interação com o ambiente e permitem a sensibilização ambiental.

Trilhas

As Trilhas em áreas naturais devem ser idealizadas para integrar o visitante ao meio ambiente, e ao mesmo tempo, fornecer informações sobre a área, sensibilizando o visitante para que este compreenda a importância da preservação e conservação da natureza. Segundo Nishida e Oliveira (2011, p. 169) “as trilhas, que antes existiam apenas para suprir uma necessidade de deslocamento, hoje representam para o turismo caminhos existentes ou preestabelecidos, com diferentes características (forma, comprimento, dificuldade), que possuem o objetivo de aproximar o visitante do ambiente natural, possibilitando seu entretenimento e/ou educação através de recursos interpretativos”.

Na AN1 há Trilhas, porém, como se encontram desativadas, sua avaliação não foi efetuada. Nas Trilhas presentes em AN2 e AN3 observou-se a carência de infraestrutura, uma vez que, obtiveram, em muitos aspectos (54% e 85%, respectivamente), a qualidade regular e ruim (Quadro 1).

As Trilhas da AN2 tiveram conceito bom em alguns itens, como no critério referente à contenção do trajeto da Trilha, fazendo com que o visitante não percorra por outro caminho a não ser o traçado estabelecido. A pavimentação, a drenagem e a erosão são realizadas de forma adequada, demonstrando uma preocupação com o meio ambiente. Contudo as Trilhas da AN3 não demonstram esta preocupação, ficando assim com a classificação ruim nestes aspectos.

O traçado de todas as Trilhas analisadas foi considerado bom, uma vez que possibilita um ótimo passeio com a contemplação da natureza. As Trilhas podem ser consideradas como de nível médio, fazendo com que, todos possam aproveitar e realizar o trajeto. Entretanto, mesmo com a preocupação em realizar a pavimentação, drenagem e contenção da erosão, há locais nas Trilhas das ANs que oferecem risco ao visitante, necessitando assim de adequações. Para Andrade (apud MENDONÇA; NEIMAN, 2005, p. 132) “as trilhas devem encorajar o visitante a permanecer nelas, por serem facilmente reconhecidas como o caminho mais fácil, que evita obstáculos e minimiza a

energia dispensada. Para tanto, elas devem manter uma regularidade e continuidade em seu caminho, sem mudanças bruscas de direção e sinalização. Obstáculos como pedras, árvores caídas e poças de lama devem ser evitados, pois provocam a abertura de desvios.

A sinalização indicativa do percurso ocorre em ambos os locais analisados, entretanto, estas não são suficientes. Faz-se necessário a instalação de mais placas de sinalização para que o visitante esteja ciente do tipo de relevo que vai encontrar e também do tempo de percurso, podendo assim, avaliar se tem ou não condições físicas de realizar o trajeto. Outro aspecto que apresenta deficiência são as lixeiras, as quais existem nos trajetos, porém em pouca quantidade, fazendo com que o turista tenha que armazenar consigo o seu lixo durante algum tempo.

Quadro 1: Classificação das Trilhas quanto a diferentes critérios de qualidade

Critérios de análise	Áreas Naturais			
	AN3	Classificação Ecoturística		AN2
Acompanhamento por monitor	não			não
Auto-explicativas	não			não
Sinalização indicativa no percurso	sim			sim
Sinalização informativa sobre aspectos ambientais	não			sim
Lixeiras	sim			sim
Locais para repouso	não			não
Locais que ofereçam risco ao visitante	sim			sim
Contenção para que o visitante mantenha-se na trilha	não			não
Pavimentação	não			não
Drenagem e Erosão	não			sim
Ultrapassagem de corpos d'água	não			sim
Traçado	sim			sim
Integração do visitante com o ambiente	sim			sim

Fonte: Elaboração própria (2011)

Em relação à sinalização informativa sobre aspectos ambientais da área onde se localizam as Trilhas, pode-se verificar que, em ambas as ANs, não há sinalização adequada. Esta sinalização auxiliaria os turistas na compreensão sobre o ambiente, dando à mesma mais importância na sensibilização ambiental, que é um dos propósitos das ANs. Uma Trilha dentro de uma área natural pode ser entendida como uma maneira de lazer e recreação para os visitantes, como também, pode servir como local de

transformação da maneira de vivenciar o meio ambiente. Conforme Andrade (*apud* MENDONÇA; NEIMAN, 2005, p. 131), “uma trilha bem planejada promove momentos de mudança de valores, princípio básico da educação ambiental”. Vasconcellos (*apud* SILVEIRA et al., 2006, p. 15)

defende que as trilhas interpretativas podem ser utilizadas como instrumentos de manejo [...], uma vez que aumentam a satisfação dos usuários, ao mesmo tempo em quem possibilitam maior compreensão e apreciação dos recursos protegidos e dos possíveis impactos sobre eles, conectando as pessoas ao lugar.

Para Costa e Mello (*apud* NISHIDA; OLIVEIRA, 2011, p. 166) “quando bem planejadas as trilhas podem contribuir para o enriquecimento da experiência de visitação em ambientes naturais, auxiliando no manejo das visitas e contribuindo para valorização do ambiente”.

Mesmo sem haver a sinalização informativa sobre o meio ambiente, as Trilhas possibilitam uma integração do visitante com o ambiente, pois há muito verde e espécies diversas de flora e fauna, como os xaxins seculares encontrados na AN3. Os xaxins são espécies de plantas que crescem apenas 1 centímetro por ano e neste parque foram encontrados exemplares com mais de 290 centímetros de altura, o que significa que estas plantas tem cerca de 290 anos. A maioria dos visitantes certamente desconhece esse fato e pode passar por essas plantas sem ter a noção da riqueza que elas representam. Quando ocorre a interpretação ambiental em uma Trilha, esta torna-se uma “forma estimulante de fazer com que as pessoas entendam e interajam com seu entorno ecológico” (NISHIDA; OLIVEIRA, 2011, p. 169). Vasconcellos (1998, p. 27) coloca que uma Trilha é considerada interpretativa quando seus recursos são traduzidos para o visitante através de guias especializados (intérpretes), de folhetos interpretativos, e de painéis ou ainda, através de gravações. Independente do método utilizado, sempre tem o propósito de desenvolver nos usuários um novo campo de percepções. Uma trilha interpretativa é um meio e não um fim. E por isso, deve ser planejada de acordo com os objetivos do programa interpretativo e as características e valores intrínsecos que o local oferece. Desta forma, caberiam haver placas indicativas para conhecimento de todos que por ali passassem. Essa simples informação poderia mudar o olhar do visitante sobre a vegetação e tornar a visitação muito mais interessante.

Não há em nenhuma das ANs locais para repouso durante as Trilhas, estes espaços serviriam para descanso dos visitantes no percurso. A existência de espaços com esta finalidade é importante, uma vez que, depois de uma subida íngreme ou uma longa caminhada, é necessário ter onde descansar.

Muitos locais possuem potencialidade para a realização de Trilhas, porém, existe uma grande dificuldade de se realizar um planejamento adequado, levando-se em conta as características da área, e cuidando para que a Trilha não degrade o meio ambiente e sim, integre o visitante ao mesmo. Conforme Lobo (2006, p. 2), “no caso das áreas naturais, a complexidade e a fragilidade do meio devem ser à base das limitações e possibilidades para o planejamento, a implantação e o manejo do turismo, de forma a minimizar a alteração das características e parâmetros ambientais”.

As Trilhas, quando planejadas adequadamente, levam em consideração alguns aspectos: sua finalidade, segurança para o visitante, dimensão, drenagem do solo, preservação do meio ambiente, e integração do visitante com a natureza. As Trilhas podem ser auto-guiadas ou guiadas; as auto-guiadas são aquelas que não necessitam de um guia, entretanto, para que estas possam ser percorridas há a necessidade da existência de placas de sinalização. Estas placas podem ter informações referentes ao trajeto, tempo de duração, grau de dificuldade (leve, médio, difícil), bem como, para que haja uma interpretação ambiental por aqueles que a percorrem, é necessário ter placas com informações sobre o meio ambiente, como por exemplo: nome das árvores, curiosidades, etc. Trilhas guiadas são aquelas que precisam ser acompanhadas por um profissional que conheça a área. Este fará uma exposição durante o percurso, explicando as informações básicas para que o visitante tenha a possibilidade de compreender sobre os aspectos ambientais relacionados à área.

No caso das Trilhas analisadas, pode-se observar que nenhuma das duas possui monitor para acompanhar os visitantes, e somente a Trilha da AN2 possui placas de sinalização para a realização do percurso sem a presença de monitor, entretanto, esta sinalização é precária e está deteriorada, necessitando de uma revitalização.

Para que haja uma valorização do meio ambiente as ANs precisam realizar uma adequação de suas Trilhas, transformando-os em locais de interpretação ambiental, fazendo com que aqueles que por lá passarem, saiam com mais conhecimento a respeito da natureza.

Centros de Interpretação Ambiental

Um dos principais objetivos das atividades ecoturísticas é desenvolver nas pessoas que as realizam uma maior sensibilização ecológica buscando assim uma conscientização ambiental. A educação ambiental pode ser entendida como o processo dirigido a todos os níveis e que, através de diferentes meios, visa obter a tomada de consciência, o desenvolvimento de valores, de atitudes e de técnicas relacionadas ao meio ambiente, com o fim de contribuir para a solução dos problemas ambientais (CÂNDIDO, 2003, p. 162). Face ao exposto, Dias (2008, p. 173) complementa

Com o modelo de desenvolvimento atual, insustentável, a necessidade de mudança torna-se imperiosa, pois se trata de manter a existência do planeta que vivemos, de modo que as futuras gerações tenham melhor qualidade de vida [...]. As mudanças, necessariamente, envolvem uma nova concepção de relações do homem com o meio ambiente, novas formas de pensar que valorizem o meio ambiente natural como o lugar em que vivemos e não simplesmente uma fonte de recursos inesgotável e que aí está para nosso usufruto.

Neste sentido, se entende a educação ambiental como algo que "deve envolver uma perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo, de forma interdisciplinar" (FÓRUM apud HINTZE, 2009, p. 74), desenvolvendo a conscientização do homem perante ao meio ambiente, e incentivando a conversação do patrimônio natural e cultural, criando assim uma consciência ambientalista.

Tendo em vista a importância da sensibilização ambiental em áreas naturais, observou-se também a relevância da utilização de técnicas que possibilitem alcançar o objetivo de integrar o visitante ao meio ambiente, e ao mesmo tempo, sensibilizá-lo quanto à conservação da natureza por meio do conhecimento adquirido. Uma das formas para que isso aconteça, é através do desenvolvimento de Centros de Interpretação Ambiental, os quais, segundo Bergallo (1997, p. 210) são "edifícios equipados con una serie de elementos destinados a brindar información e interpretación del paisaje a través de muestras gráficas, vídeos, etc. Generalmente está organizado a partir de uno o más ejes de conocimiento y constituye un servicio dirigido principalmente a turistas o recreacionistas".

A interpretação que ocorre nos Centros de Interpretação Ambiental torna-se uma relevante ferramenta no processo de educação ambiental, uma vez que, este termo está

ligado a questão de entender e apreciar o local ou alguma informação que foi passada, descobrindo significados intrínsecos, provando a curiosidade de quem aprecia, proporcionando assim " uma experiência enriquecedora e um contato mais próximo com a realidade do local visitado" (SOUZA, 2010, p. 92). Fadini, Gonçalves e Hoefel (2012, p. 122) acreditam nesta mesma perspectiva, que a "a interpretação é um importante instrumento educacional, já que através da mesma é possível promover a transformação de atitudes e posturas que contribuam para a formação de uma sociedade mais integrada à natureza".

Das três ANs analisadas, apenas a AN1 possui um Centro de Interpretação Ambiental. Localizado na entrada principal. Suas instalações, originalmente, abrigavam a residência de um morador que auxiliava no controle e monitoramento da entrada de pessoas, sendo posteriormente adaptada para a implementação do setor administrativo e do Centro de Interpretação Ambiental.

A estrutura física deste local está harmonizada com o contexto ambiental na qual está inserida, da mesma forma que possui inerente relevância histórico-cultural com a área. O Centro de Interpretação Ambiental conta com diversos artifícios para a transmissão de informações aos visitantes, tais como painéis e maquetes. Estas ferramentas são interativas e proporcionam adequado aprendizado, o que vem ao encontro do que sugere Bergallo (1997, p. 220) "La muestra es buena cuándo comunica su tema al visitante, quien lo reconoce y entiende". A autora recomenda ainda, que as amostras devem atender aos seguintes critérios:

- Atrativa: a amostra deve ser agradável, equilibrada e interessante;
- Breve: de organização sucinta, com mais detalhes visuais do que escritos, apresentando idéias claras e não mais que cinco destas.
- Clara: o tema apresentado deve ser reconhecido e compreendido de maneira imediata.

As visitas são monitoradas pelo responsável da área. Embora a AN1 esteja autorizada a receber visitantes conforme sua classificação junto ao SNUC, a mesma não tem realizado esta atividade com regularidade, por não contar com estrutura de pessoal específica para o atendimento. Ainda que haja a restrição de visitas em decorrência da insuficiência de profissionais exclusivos para a realização das atividades de monitoramento, as mesmas acontecem de maneira dinâmica e interativa, quando

ocorrem, destacando-se pela linguagem clara e compreensível a qualquer tipo de público. Bergallo (1997) destaca a importância da adaptação da linguagem utilizada no repasse da informação aos visitantes, uma vez que as visitas podem estar relacionadas não só ao estudo e à pesquisa, mas também na busca por um atrativo que proporcione prazer e ao mesmo tempo amplie conhecimentos.

Por fim, pode-se considerar que embora a AN1 apresente deficiências no que concerne à carência de pessoal para atendimento, bem como, escassez de recursos financeiros para investimentos em infraestrutura e atividades relacionadas à sensibilização ambiental, a área apresenta grande potencial turístico, a qual, conjugada com os demais atrativos do município e região poderia estar contribuindo no desenvolvimento do Turismo em Canela e, principalmente, na sensibilização dos visitantes quanto à proteção dos recursos naturais.

Considerações finais

Analisando as áreas naturais do Município de Canela, pode-se constatar que as mesmas apresentam um grande potencial a ser explorado no que se refere ao Turismo bem como na questão da interpretação ambiental. Utilizar o Turismo em áreas naturais como forma de proporcionar a conscientização ambiental é muito relevante, pois ao mesmo tempo que os visitantes estão realizando uma atividade prazerosa, de lazer, estão aprendendo a valorizar o meio ambiente e compreender a importância deste para bem-estar de todos. O fato de cada área analisada ser administrada por um tipo de gestor, cria e apresenta, em graus diversos, diferentes deficiências. No que se refere aos Centros de Interpretação Ambiental a ausência em AN1 e AN2 reduz a capacidade das áreas em disseminar a preservação do meio ambiente da área estudada.

Contudo, independentemente de sua classificação ou modo de gestão, todas as ANs analisadas possuem um aspecto em comum: a ausência ou ineficácia de práticas de sensibilização ambiental. Embora o uso turístico seja importante para a manutenção econômica destes locais, o mesmo não deve ser condicionado apenas à exploração visual dos atrativos e sim contribuir na conscientização e preservação do meio ambiente. Diante disso, percebe-se a importância de serem instituídos ou aprimorados elementos e práticas que promovam a sensibilização ambiental dos visitantes, o que

além de propiciar um diferencial ao atrativo, contribui na conservação dos recursos naturais e consequentemente na melhoria da qualidade de vida de todos.

Referências

AZEVEDO, F.F ; PINHEIRO, B.R.A; SOARES, A.S. **A relação homem-natureza e a práxis do turismo: um (re)encontro para a preservação.** Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.3, n.2, 2010, pp.331-340. Disponível em: <http://www.sbecotur.org.br/rbecotur/seer/index.php/ecoturismo/article/view/36>. Acesso em: ago. 2012.

BERGALLO, A.M.B. Los centros de interpretación en áreas protegidas: caso Tromen en Argentina. **Estudios y perspectivas em turismo**, Buenos Aires: v.6, p. 209-221, 1997.

CÂNDIDO, L.A. **Turismo em áreas naturais protegidas.** Caxias do Sul: EducS, 2003.

DIAS, R. **Turismo sustentável e meio ambiente.** São Paulo: Atlas, 2008.

EAGLES, P. F.J; MCCOOL, S. **Tourism in national parks and protected areas: planned and management.** Wallingford: CABI Publishing, 2002.

FADINI, A.A.B.; GONÇALVES, N.M.; HOEFEL, J.L.M. **Caminhadas interpretativas e conhecimento popular sobre plantas medicinais como forma de Educação Ambiental.** Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.5, n.1, pp.119-136, 2011. Disponível em: <http://www.sbecotur.org.br/rbecotur/seer/index.php/ecoturismo/article/view/302>. Acesso em: ago. 2012.

FLONAS. **Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).** Disponível em: <http://www4.icmbio.gov.br/flonas/index.php?id_menu=79>. Acesso em: 27 out. 2011.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico: Explicitação das Normas da ABNT.** 15 ed. Porto Alegre: s.n., 2011.

HINTZE, Hélio César. **Ecoturismo na cultura de consumo: possibilidade de Educação Ambiental ou espetáculo?** Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.2, n.1, p.57-100, 2009. Disponível em: <http://www.sbecotur.org.br/rbecotur/seer/index.php/ecoturismo/article/view/10/8>. Acesso em: 20 jul. 2012.

INFORMAÇÕES SOBRE O MUNICÍPIO DE CANELA. **Prefeitura Municipal de Canela.** Disponível em: <<http://www.canela.com.br/>>. Acesso em: 17 nov. 2011.

INFORMAÇÕES SOBRE O MUNICÍPIO DE CANELA. **Secretaria do Turismo do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<http://www.turismo.rs.gov.br/portal/index.php?q=atrativo&id=2266&bd=&fg=2>>. Acesso em: 27 out. 2011.

LOBO, H. A. S. **Bases para a implantação e manejo de trilhas espeleoturísticas**. In: I CONGRESSO NACIONAL DE PLANEJAMENTO E MANEJO DE TRILHAS, 2006, Rio de Janeiro. Anais do I CNPMT.: UERJ, 2006.

MACHADO, A.L.M.M. **Práticas ambientais na seleção, no planejamento e na comercialização do ecoturismo**: informações de agências de ecoturismo do Rio Grande do Sul. 2011. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2011.

MENDONÇA, R.; NEIMAN, Z. (orgs.) **Ecoturismo no Brasil**. Barueri, São Paulo: Manole, 2005.

NISHIDA, Alberto Kioharu; OLIVEIRA, Suênia Ciebelle Costa. **A interpretação ambiental como instrumento de diversificação das atividades recreativas e educativas das trilhas do Jardim Botânico Benjamin Maranhão (João Pessoa, Paraíba, Brasil)**. Revista Turismo Visão e Ação, Joinville, v. 13, n. 02, p.166-185, 2011. Disponível em: <<http://www.univali.br/revistaturismo>>. Acesso em: 05 mar. 2012.

SERRANO, Célia M. T. **A invenção do Itatiaia**. Dissertação de mestrado. IFCH/Unicamp, 1993.

SILVEIRA, Cynthia Fleming. et al. **Trilhas da Floresta Nacional de São Francisco de Paula, Rio Grande do Sul, Brasil: Mapeamento, Análise e Estudo da Capacidade de Carga Turística**. Revista brasileira de Biociências, Porto Alegre, v. 4, n. 1/2, p. 15-26, jan./jun. 2006.

SOUZA, Karina Gonçalves de Almeida. **A interpretação ambiental na conservação do patrimônio cultural: o caso do arqueosítio musealizado da (Real) Fábrica de Neve de Montejunto, Portugal**. Revista CPC, São Paulo, n. 10, p. 89-115, 2010. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/cpc/n10/05.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2012.

TURISMO EM CANELA. **Atrativos turísticos de Canela**. Disponível em: <<http://www.canela.tur.br/parquedocaracol.htm>>. Acesso em: 27 out. 2011.

TURISMO EM CANELA. **Atrativos turísticos de Canela**. Disponível em: <<http://www.canelaturismo.com.br/roteiros-e-atrativos/parque-do-caracol/>>. Acesso em 27 out. 2011.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. **Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)**. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/biodiversidade/unidades-de-conservacao/categorias>>. Acesso em: 27 out. 2011.

VASCONCELLOS, Jane M. de Oliveira. **Avaliação da visitação pública e da eficiência de diferentes tipos de trilhas interpretativas no Parque Estadual Pico do Marumbi e Reserva Natural Salto Morato – PR.** Tese (Doutorado em Ciências Florestais) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1998.